

### Comissão nº 05

Temática: Acesso à Justiça e justiça gratuita.

Honorários advocatícios e periciais. Litigância de má fé e dano processual

|            |  |                       |
|------------|--|-----------------------|
| PROPOSTA 1 | Em razão da natureza híbrida das normas que regem honorários advocatícios (material e processual), a condenação à verba sucumbencial só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da lei 13.467/2017, tendo em vista a garantia de não surpresa, bem como em razão do princípio da causalidade, uma vez que a expectativa de custos e riscos é aferida no momento da propositura da ação.             | Aprovada por maioria. |
| PROPOSTA 2 | O juízo arbitraré honorários de sucumbência recíproca (art. 791-A, § 3º, da CLT) apenas em caso de indeferimento total do pedido específico. O acolhimento do pedido, com quantificação inferior ao postulado, não caracteriza sucumbência parcial, pois a verba postulada restou acolhida. Quando o legislador mencionou "sucumbência parcial", referiu-se ao acolhimento de parte dos pedidos formulados na petição inicial. | Aprovada por maioria. |
| PROPOSTA 3 | A Lei nº 13.467/17 revogou tacitamente os honorários assistenciais da Lei nº 5.584/70.   | Aprovado por maioria. |
| PROPOSTA 4 | É incompatível com o processo do trabalho o arbitramento de honorários autônomos ou cumulativos nas fases recursal e de execução, salvo, quanto a esta, se a execução for de título extrajudicial.   | Aprovada por maioria. |
| PROPOSTA 5 | O pagamento feito pela empresa de honorários periciais, de forma antecipada e convencional, é compatível com o disposto no art. 790-B, § 3º, da CLT, permitindo que o perito seja remunerado com recursos próprios da empresa, ainda na fase instrutória do processo.  | Aprovada por maioria. |